

**CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

**Proc. n.º 17/24 do Procedimento para “Aquisição de fundos documentais”**

**ÍNDICE**

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	2
CLÁUSULA 1.ª (OBJETO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS).....	2
CLÁUSULA 2.ª (PREÇO BASE) .....	2
CLÁUSULA 3.ª (CONTRATO) .....	2
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	3
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	3
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
CLÁUSULA 4.ª (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR) .....	3
CLÁUSULA 5.ª (PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO) .....	4
CLÁUSULA 6.ª (CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM).....	4
CLÁUSULA 7.ª (ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO).....	5
CLÁUSULA 8.ª (DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS) .....	6
SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E, SE	
APLICÁVEL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM .....	6
CLÁUSULA 9.ª (OBJETO DO DEVER DE SIGILO).....	6
CLÁUSULA 10.ª (PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS) .....	7
CLÁUSULA 11.ª (PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM (A CONSIDERAR SE	
APLICÁVEL).....	9
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS .....	10
CLÁUSULA 12.ª (PREÇO CONTRATUAL).....	10
CLÁUSULA 13.ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO) .....	10
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....	11
CLÁUSULA 14.ª (PENALIDADES CONTRATUAIS) .....	11
CLÁUSULA 15.ª (FORÇA MAIOR) .....	12
CLÁUSULA 16.ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO).....	13
CLÁUSULA 17.ª (FORO COMPETENTE) .....	13
CLÁUSULA 18.ª (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL) .....	13
CAPÍTULO IV - CLÁUSULAS FINAIS .....	13
CLÁUSULA 19.ª (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL).....	13

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

### **CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **CLÁUSULA 1.ª (OBJETO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS)**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “AQUISIÇÃO DE FUNDOS DOCUMENTAIS”.

2. Especificações a satisfazer:

2.1. Pretende-se adquirir diversos fundos documentais a selecionar dos catálogos existentes, com vista à atualização da coleção da Biblioteca Municipal, da Bibliomóvel e das Bibliotecas Escolares.

2.2. É considerada a aquisição de títulos em suporte livro (entende-se por suporte livro o fornecimento de livros, revistas, enciclopédias, etc.).

NOTA: O Município de Oliveira de Azeméis, à data, não dispõe de qualquer informação relativa aos títulos que irá solicitar.

2.3. A quantidade estimada a fornecer é de 1500 (mil e quinhentos) títulos.

2.4. No caso de editoras em falência ou solvência ou outras situações, nos pedidos da BMFC - Biblioteca Municipal Ferreira de Castro são integrados títulos ainda disponíveis no mercado editorial (livrarias e editoras) e caberá ao fornecedor não limitar-se à consulta à editora para fornecimento.

#### **CLÁUSULA 2.ª (PREÇO BASE)**

Para efeitos do artigo 47º, n.º 1, 3 e 4, do CCP, o preço base, consiste no montante disponível para o objeto do contrato, e ainda as especificidades técnicas indicadas na cláusula 1.ª deste Caderno de Encargos, no montante de **18.867,93€** (dezoito mil, oitocentos e sessenta e sete euros e noventa e três cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

#### **CLÁUSULA 3.ª (CONTRATO)**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

**2.** O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a)** Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c)** O presente Caderno de Encargos;
- d)** A proposta adjudicada;
- e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

**3.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

**4.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

### **CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

#### ***SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR***

##### ***SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS***

#### **CLÁUSULA 4.ª (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR)**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações:

- a)** Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta e com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na cláusula 1ª, do presente documento

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

b) título acessório, designadamente, a recorrer a todos os meios que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

c) O fornecedor obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

### **CLÁUSULA 5.ª (PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO)**

1. O período de vigência do presente fornecimento inicia-se após publicitação do contrato no portal da Internet dedicado aos contratos públicos e vigora até 31 de dezembro de 2024, ainda que não tenha sido solicitada a totalidade dos títulos estimados / valor contratual.

Contudo, o procedimento poderá terminar antes, caso sejam entregues todos os títulos estimados ou caso seja atingido o valor limite do procedimento (18.867,93€ + IVA). O referido valor não poderá, em caso algum, ser ultrapassado.

2. O presente fornecimento resulta ainda do cumprimento de todas as obrigações por parte do adjudicatário resultantes da sua proposta, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o valor previsto no contrato, este extingue-se sem que assista ao prestador de serviço o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

### **CLÁUSULA 6.ª (CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM)**

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na cláusula 1ª.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de ser utilizados para o fim a que se destinam e dotado de todos os materiais de apoio necessários.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4. O fornecedor é responsável perante Município de Oliveira de Azeméis por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

### **CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> (ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO)**

1. O fornecimento, quando requisitado, deverá ser efetuado na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, sita na Rua General Humberto Delgado, em Oliveira de Azeméis, em horário a acordar, mas obrigatoriamente entre as 10:00h e as 12:30h e as 14:00h e as 16:30h, em dias úteis (exceto segunda-feira).

2. O fornecedor deverá, obrigatoriamente, estar presente aquando da entrega dos artigos, para confirmação pessoal dos fundos documentais a entregar, sendo ainda obrigatório haver correspondência entre a ordem de embalamento dos fundos documentais (*é obrigatório que os fundos documentais sejam devidamente embalados, de forma a preservar o bom estado dos mesmos*) e a ordem dos mesmos na respetiva guia de remessa e fatura (*devendo estar discriminadas com o nome dos fundos documentais das respetivas editoras/livreiros*), de modo a facilitar a conferência da fatura/bens, tendo por base a requisição efetuada pelos Serviços do Município de Oliveira de Azeméis.

3. A referida entrega é efetuada de forma parcial (*fornecimento contínuo de 1500 (mil e quinhentos títulos (estimados), em função das necessidades dos serviços utilizadores*), sendo efetuado através de Pedidos de Fornecimento/comunicações eletrónicas, enviados pela BMFC de Oliveira de Azeméis dirigida ao fornecedor.

4. O fornecimento deverá ser efetuado no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis.

5. A unidade de apresentação do prazo de resposta para efetivação do(s) fornecimento(s) deverá ser expresso em dias úteis

6. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega, são da responsabilidade do fornecedor.

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

### **CLAUSULA 8.<sup>a</sup> (DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS)**

1. No caso de não estar comprovada a total conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula 1<sup>a</sup>, o Município de Oliveira de Azeméis deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2. É exclusivamente da responsabilidade do fornecedor a verificação do bom estado dos fundos documentais antes da entrega na Biblioteca.

No ato de receção dos fundos documentais, os que não se encontrem em bom estado de conservação (ex. capa deteriorada, capa e cadernos do avesso, sinais de folhas rasgadas, truncadas, rasuradas, com humidade, etc.) serão imediatamente devolvidos, sendo da responsabilidade do adjudicatário os custos inerentes às trocas necessárias, bem como os custos referentes ao acondicionamento dos fundos documentais.

Os artigos que posteriormente se verifique possuírem defeitos impeditivos da sua aceitação, também serão sujeitos a substituição pelo adjudicatário.

3. O adjudicatário fica obrigado a assegurar a substituição de artigos que se verifiquem estar em mau estado de conservação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do pedido de troca.

### ***SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E, SE APLICÁVEL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM***

#### **CLÁUSULA 9.<sup>a</sup> (OBJETO DO DEVER DE SIGILO)**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Oliveira de Azeméis, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **CLÁUSULA 10.ª (PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)**

**1.** As partes contratantes estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), adiante designado RGPD, sendo Município de Oliveira de Azeméis responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7 e 8 do artigo 4º, do n.º 1 do artigo 24º e do n.º 1 do artigo 28º do referido regulamento; das respetivas normas nacionais de execução e, se aplicável, de outras leis relevantes em matéria de proteção de dados.

**2.** Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6º do RGPD, e para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita:

**a)** O Município de Oliveira de Azeméis poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

**b)** A entidade adjudicatária é responsável por garantir os cumprimentos das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos quando aplicável.

**3.** Os dados não devem ser copiados, reproduzidos, mantidos em qualquer banco de dados, armazenados em qualquer sistema de recuperação ou transmitidos sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónico, mecânico, fotocopiado, gravação ou outro, ou cedidos a terceiros sem o consentimento prévio por escrito do Município de Oliveira de Azeméis.

**4.** A entidade adjudicatária assume e declara que:

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

**a)** No tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;

**b)** Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

**c)** Adota todas as medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra qualquer processamento, dano ou destruição ilícita, designadamente:

- i. a pseudonomização e a cifragem de dados pessoais;
- ii. a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- iii. capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
- iv. dispõe de processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- v. apenas contratará outro subcontratante se o Município de Oliveira de Azeméis o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao responsável pelo tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento nos termos do n.º 2 do artigo 28º do RGPD;
- vi. prestará assistência ao responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- vii. prestará assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32º a 36º do RGPD, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;



## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

- viii. dependendo da opção do responsável pelo tratamento, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- ix. disponibilizará ao responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado;
- x. compromete-se a informar imediatamente o responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados, nomeadamente a Lei 58/2019, de 08 de agosto.

**5.** O cumprimento de um código de conduta ou de um procedimento de certificação poderá ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações.

**6.** O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de conformidade é fundamento de resolução do contrato com justa causa, podendo implicar o dever de indemnização ao município por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

### **CLÁUSULA 11.<sup>a</sup> (PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM (A CONSIDERAR SE APLICÁVEL))**

**1.** A entidade adjudicatária, no que respeita à criação original e produção dos bens e/ou serviços a adquirir no âmbito do presente caderno de encargos já identificados assegura o cumprimento das normas de direito europeu e de direito português, relativas à proteção do direito de autor e dos direitos conexos, respeitando os direitos morais e patrimoniais dos titulares, designadamente no que respeita à obtenção de todas as autorizações necessárias e definição das condições contratuais.

**2.** Quanto ao direito de imagem, a entidade adjudicatária assegura o cumprimento, designadamente do disposto no artigo 79º do Código Civil e dos artigos 164º a 167º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), sem prejuízo da demais legislação aplicável, designadamente no que respeita à obtenção de todas as autorizações expressas necessárias e definição das condições contratuais.

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

3. Constituem propriedade originária da entidade adjudicante, todos os direitos de propriedade intelectual relativos aos bens e/ou serviços objeto do presente caderno de encargos e identificados na cláusula 1ª, incluindo o direito exclusivo de todas as formas de exploração, sem qualquer restrição, durante o prazo de proteção definido na lei.

### **SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS**

#### **CLÁUSULA 12.ª (PREÇO CONTRATUAL)**

1. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Oliveira de Azeméis deve pagar ao fornecedor o preço resultante da aplicação do(s) desconto(s) proposto(s) sobre o P.V.P. (Preço de Venda ao Público) dos títulos solicitados, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O procedimento é adjudicado pelos descontos constantes da proposta (*solicitados na alínea a), b) e c), do ponto 7.2, do Programa de Concurso*), e que vigorarão durante a vigência do contrato, não podendo a execução do mesmo ultrapassar o valor limite do procedimento (18.867,93€ + IVA).

#### **CLÁUSULA 13.ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)**

1. A (s) quantia (s) devida (s) pelo Município de Oliveira de Azeméis, nos termos da cláusula anterior, deve (m) ser paga (s) num prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Oliveira de Azeméis das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, salvo se estabelecida condição de pagamento distinta desta no contrato, não podendo em qualquer caso esta exceder os 60 (sessenta) dias.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega do bem, devendo o concorrente fazer menção expressa do prazo de pagamento que pretende ver executado no decurso da execução do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Oliveira de Azeméis, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

4. As condições de pagamento deverão ser apresentadas e estabelecidas pelo próprio concorrente na sua proposta, de forma expressa e inequívoca.

Não são aceitáveis condições de pagamento do tipo “a combinar” ou similares.

5. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar, nos termos do artigo 292º, do CCP.

### **CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **CLÁUSULA 14.ª (PENALIDADES CONTRATUAIS)**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Oliveira de Azeméis pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens objeto do contrato, até 10% do valor da entrega em falta x n.º dias de atraso;

**NOTA:** Nos casos em que se obtenha, a título de penalidade, um valor superior aos limites definidos no artigo 329.º, do C.C.P., será este último o valor máximo aplicável.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Oliveira de Azeméis pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor global do contrato.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a), do n.º 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Oliveira de Azeméis tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Oliveira de Azeméis pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Oliveira

---

**CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

---

de Azeméis exija uma indemnização pelo dano excedente.

**CLÁUSULA 15.<sup>a</sup> (FORÇA MAIOR)**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

## **CADERNO DE ENCARGOS- Consulta Prévia**

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **CLÁUSULA 16.ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO)**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Oliveira de Azeméis pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem

### **CLÁUSULA 17.ª (FORO COMPETENTE)**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CLÁUSULA 18.ª (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)**

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos previstos no CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para resolução do contrato, aquele cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

## **CAPÍTULO IV - CLÁUSULAS FINAIS**

### **CLÁUSULA 19.ª (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)**

Em tudo omissos neste Caderno de Encargos, observar-se-á o estatuído no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação aplicável.